

Apropriação do patrimônio natural para o turismo: interesses e contradições nos discursos sobre preservação ambiental

Tania Mara Melquiades de Souza¹

Resumo: Os municípios turísticos, ao negligenciarem os fatores que garantem a manutenção e preservação de seus atrativos, provocam, no processo de desenvolvimento, distorções que podem levar não apenas ao declínio da atividade, mas também a consequências ambientais, sociais e territoriais de grande magnitude. O estudo da forma de ocupação territorial da Praia do Morro, desordenada e desvinculada das questões ambientais e a preservação do patrimônio natural através da criação de uma unidade de conservação sintetizam dois extremos de uma mesma configuração: o produto turístico. Por um lado, a verticalização desenfreada e, por outro, o zelo pela manutenção, preservação e tombamento de uma área com vegetação de restinga se complementam e se contradizem na lógica da apropriação simbólica do ecologismo, cujos interesses perpassam valores determinados por relações capitalistas de produção. Na prática, a criação de uma unidade de Conservação no Morro da Pescaria, tem sido um instrumento utilizado como “*marketing verde*” para expandir a prática oficial da especulação imobiliária na Praia do Morro.

INTRODUÇÃO

A forma de produção de espaço entendido como um processo produzido pelas relações capitalistas de produção, pode revelar os valores de uma comunidade em determinado tempo histórico, pois tanto a depredação dos recursos naturais quanto o modelo proibitivo da utilização dos recursos demonstram tendências extremistas e insuficientes para promoverem o desenvolvimento do turismo dentro dos conceitos de sustentabilidade.

As cidades são lugares concretos onde acontecem interações sociais que se desenvolvem a partir de interesses de grupos específicos, que podem alterar, de forma significativa, suas formas e funções. É nesse espaço que as relações capitalistas se reproduzem e onde se localizam todas as suas manifestações de conflitos e contradições. O espaço urbano, de acordo com Villaça (2001, p. 73), é “produto produzido, não é um dom gratuito da natureza, é o fruto de trabalho social”.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: tmelquiades@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem sobre a produção e apropriação do espaço para o turismo através da análise da forma de ocupação da Praia do Morro, no município de Guarapari-ES, e a tendência preservacionista que deu origem à criação de uma Unidade de Conservação no Morro da Pescaria, como medida compensatória da depredação ocorrida na orla litorânea.

A formação do espaço é visto como resultado de um conjunto de agentes ou atores sociais, sujeitos coletivos, que emanam impulsos sucessivos de suas intenções, interações, estratégias, sucessos e derrotas que resultam na qualidade e propriedade do espaço.

A ocupação da Praia do Morro e a preservação do Morro da Pescaria sintetizam dois extremos na formação do espaço. Por um lado, a verticalização desenfreada – priorizando investimentos imobiliários que possibilitam a especulação capitalista – e, por outro, o zelo pela manutenção do remanescente da vegetação de restinga e mata atlântica existente no Morro da Pescaria, posições antagônicas quanto a usos, formas de apropriação e interesses, formando um campo que reforça as investidas capitalistas dos agentes nele situados.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

Visando responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção, processos históricos associados às maneiras de produção das condições materiais e de apropriação do território, foi cunhada, provavelmente por Lefebvre no final dos anos 60, a expressão “produção do espaço”.

As formas espaciais não devem ser vistas como objetos inanimados dentro do qual o processo social se desenvolve, mas como coisas que contém tais processos, justificando dessa forma, que tanto os processos sociais como as formas espaciais nascem da prática humana (HARVEY, 1980).

Para Lefebvre (1999) o “espaço social” é produzido, tanto do ponto de vista material, quanto das relações sociais, sendo elaborado, de maneira articulada, por esses dois componentes.

Na concepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Não existe nada na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. (LEFEBVRE, 1986, p. 83).

A cidade é um espaço construído, modelado, produzido, onde atividades sociais se constituem e se desenvolvem no decorrer de um tempo histórico.

o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma continuidade e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. [...] Efeitos de ações passadas, ele permite ações, sugerindo-as ou proibindo-as. Entre essas ações, uns produzem-nas, outras as consomem, isto é, usufruem o fruto da produção. (LEFEBVRE, 1999, p. 88-89).

Para compreender a dinâmica da estrutura das cidades onde o turismo se desenvolve, é necessário o entendimento dos processos sociais que criam a estruturação urbana nos aspectos jurídicos, políticos, históricos, econômicos, culturais e geográficos. A análise do território, lugar ou da cidade depende da interpretação do seu uso trazendo a tona suas especificidades, passando do conceito genérico a conceitos mais particulares de cada lugar.

O surgimento e o crescimento das cidades turísticas em regiões litorâneas no Brasil em especial, não se resume apenas às demandas surgidas a partir dos anos 70 em função dos direitos sociais adquiridos pelas classes trabalhadoras ou pela popularização do automóvel como meio de transporte, mas e sobretudo, pelos meios de produção da sociedade industrial.

Os espaços naturais podem ser apropriados pelo turismo em função do valor de seus recursos ou pela beleza cênica, e têm sido explorados e reorganizados para atender a uma demanda que pode se originar de forma espontânea ou planejada.

O reencontro do homem com a natureza e a descoberta das curiosidades culturais da Europa no século XVIII deram origem aos grandes deslocamentos de indivíduos para os balneários à beira-mar, em seus períodos de férias e feriados prolongados, uma vez que as belezas paisagísticas e a tranquilidade do interior favoreciam o descanso dos cidadãos que habitavam os grandes centros industrializados. Essa atração proporcionou o crescimento de balneários como centros de lazer, estabelecendo, desde então, que os aspectos ambientais estavam inseridos nas motivações de lazer, recreação e turismo, por se caracterizarem ambientes saudáveis, ensolarados e menos poluídos.

Nos anos de 1970, transformações começaram a ocorrer na natureza, e uma crise mundial se instalou pela percepção das catástrofes que vinham ocorrendo, conforme Menezes (2000, p.42) por meio de “desastres ambientais, secas, inundações, contaminação de alimentos por produtos agro-químicos, poluição da água e do ar”. O significado destas drásticas transformações deu uma ênfase especial ao aspecto ambiental, pois o meio ambiente não suportava mais sua utilização nos moldes capitalistas. Seus impactos já se faziam sentir no meio econômico e social.

Para Acselrad (2000, p.98), um novo discurso surge dentro do próprio sistema capitalista, e sob pressão do movimento ambientalista, emergindo no “seio da tecnoburocracia”: o de que não poderia ser possível o crescimento econômico contínuo, se os próprios recursos naturais, que muitas vezes não são renováveis, estavam se extinguindo.

Na década de 1990 o turismo insere a preocupação ambiental em seu contexto, devido ao reflexo das questões que emergiram em todo o mundo, e, principalmente, porque o meio natural (o sol, a praia, o mar), é um dos principais atrativos ofertado ao turista, fazendo surgir então a necessidade de maior sensibilidade dos núcleos receptores quanto ao tipo de exploração praticado (RODRIGUES, 1999). Entretanto, muitas localidades já haviam se desenvolvido urbanisticamente, sem colocar no centro das discussões que tipo de turismo se pretendia promover.

Uma das formas encontradas pelo homem para proteger o meio ambiente e áreas ainda não destruídas pela ação antrópica, foi através da criação de Unidades de Conservação, classificadas como Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, Reservas Biológicas e Ecológicas, Estações Ecológicas, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre ou Área de Proteção Ambiental.

Para que ocorra o turismo em unidades onde esta prática é permitida, é necessário que o planejamento e a gestão adotem a noção de limites de volume humano, denominado “capacidade de carga” que pode ser obtido por meio de fórmulas metodológicas. O controle de uso turístico também deve ser feito por meio de mecanismos como o Limite Aceitável de Câmbio (LAC) e o Monitoramento de Impactos dos Visitantes (VIM) e um Planejamento ambiental, que estabeleça zonas, crie planos de ação, e avaliação constante das atividades nas áreas (COSTA, 2002).

Após a instituição de uma área protegida, os recursos financeiros requeridos para que ocorra um manejo ativo geram um dos principais problemas de conservação no mundo. Os custos associados ao manejo são do tipo diretos e indiretos. Os custos diretos envolvem toda a “vida” da área protegida, desde o planejamento, a implementação até o manejo em longo prazo. Os custos indiretos relacionam-se com a necessidade de compensar as populações residentes ou pessoas que foram prejudicadas com a criação da área protegida. Podem ser representados pelo pagamento de uma compensação monetária pela proibição de atividades anteriormente permitidas, como caça e coleta, ou indenização pela perda de bens. (MORSELLO, 2001).

A canalização de recursos por meio de organizações não governamentais- ONGs, ou a parceria e delegação de funções a elas, é uma tendência atual para o manejo e financiamento de áreas protegidas, mas apresenta vantagens e desvantagens. A participação de ONGs na gestão aumenta a gama de possibilidades de financiamento, em virtude das estruturas organizacionais serem menos complexas, podendo aproveitar melhor as oportunidades. Outro ponto que deveria representar uma vantagem específica das ONGs, seria o fato de que estas utilizam enfoque participativo de manejo, aumentando o apoio da população local e o melhor aproveitamento de pessoal, resultando assim, na maior continuidade dos projetos a longo prazo.

Nas localidades turísticas, mesmo em áreas urbanas, a opção de se criar unidades de conservação pode ser uma maneira de contrabalançar o desequilíbrio gerado pelo uso predatório dos ecossistemas como (dunas, restingas, manguezais, por exemplo), mas, em alguns casos, o discurso preservacionista tem sido apropriado pelos interesses capitalistas, servindo antes de tudo, para reforçar e expandir o mercado imobiliário na implantação de empreendimentos voltados para o turismo

CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Situada ao norte da área central de Guarapari, a Praia do Morro possui 4 mil metros de extensão, é a maior praia do município, e hoje, após 30 anos de expansão turístico-imobiliária, está totalmente ocupada, com grandes construções arquitetônicas em estilo verticalizado, que atingem até 12 pavimentos.

A principal base econômica do município é o turismo, tendo sido transformada a partir dos anos 1950 em uma cidade com vários problemas, em um movimento confuso na apropriação dos espaços, evidenciando a carência de controle no uso do solo urbano e a falta de preservação de seu patrimônio natural.

A cidade possui uma radioatividade emanada pelas areias monazíticas², que já em 1898 despertava o interesse e cobiça dos europeus. Até início da década de 40, manteve suas características sem grandes alterações, mas após o anúncio da radioatividade das areias, a

²Composta por Ilmenita, Granada, Zirconita e a mais importante, a Monazita: de cor amarela, é um fosfato de diversos metais que contém Tório, de onde se extrai o Hélio e outros elementos usados na desintegração atômica. Foi durante muito tempo usada na fabricação de camisas incandescentes. Além de possuírem propriedades medicinais podem também ser empregadas na área industrial.

expansão imobiliária modificou completamente a estrutura urbana. Sofreu muitas influências externas devido à grande quantidade de moradores e visitantes vindos de diversas regiões do país e teve seu desenvolvimento turístico mais acentuado no período entre 1960 e 1990.

Durante a grande euforia do turismo curativo que levou ao adensamento do espaço na região central de Guarapari, a Praia do Morro foi loteada e, por volta dos anos 1970, começou a ser urbanizada. A partir do desmembramento dos lotes, esta começou a ser ocupada por famílias mineiras e capixabas que investiam suas economias na tão sonhada “casa de praia”, intensificando a penetração do capital imobiliário, institucionalizando o fenômeno de segunda-residência também na Praia do Morro.

TABELA 1 DOMICÍLIOS, GUARAPARI, 2000

Domicílios total	Domicílios particulares ocupados		Domicílio uso ocasional		Domicílios Vagos/Fechados	
47.286	24.604	52,0%	18.439	38,9%	4.243	8,9%

Fonte: IBGE - Censo 2000

As mudanças ocorridas no espaço territorial da Praia do Morro, em função do aumento das edificações verticalizadas para atender ao turismo de massa, trouxeram consequências graves ao município. A explosão do veraneio favoreceu a exclusão dos antigos moradores que viviam da pesca artesanal e da extração de sururu, expulsos para áreas menos valorizadas turisticamente (mais distantes do mar) e alijados do debate e das decisões sobre o tipo de desenvolvimento turístico desejado; o aumento do número de visitantes passa a significar possibilidades adicionais de reprodução das condições materiais de existência para um contingente desempregado em outras regiões do país, que migram para esta área; a pressão exercida pela urbanização destrói, contamina e deteriora os recursos naturais e paisagísticos causados também pelos problemas de infra-estrutura de saneamento básico.

Neste cenário, uma elevação rochosa denominada Morro da Pescaria, ergue-se imponente e em completo contraste ao imenso paredão de concreto que se formou em toda a orla. Com 110 hectares de Mata Atlântica, o Morro da Pescaria, como é conhecido, tem sido utilizado desde o início das atividades turísticas da Praia do Morro para caminhadas e passeios ao ar livre, tendo sido alvo de conflitos vinculados à relação entre construção imobiliária para o turismo e preservação do patrimônio natural, confrontando-se com os interesses de diversos agentes sociais.

Esta área, de propriedade privada, não escapou da tentativa dos empreendedores imobiliários em querer transformá-la em mercadoria para o turismo. No final dos anos 1990, a Prefeitura Municipal recebeu um projeto solicitando a licença para a construção de casas em estilo de condomínio fechado. Esse fato fez surgir em diversos segmentos um desejo de preservação e conservação daquela área.

Em 1997, a Secretaria de Estado da Cultura e Esportes por meio do Conselho Estadual de Cultura, pela Resolução 001/97, determinou o tombamento do “Morro da Pescaria”, por se tratar de um bem natural reconhecido de extrema importância e beleza. Ainda no mesmo ano, em 29 de julho, é promulgada a Lei Municipal Nº 1673/97, que cria o Parque Municipal de Guarapari, situado no Morro dos Pescadores, conhecido como Morro da Pescaria, tendo em vista a proteção e preservação das belezas naturais ali existentes e impedindo definitivamente o uso para atividades extrativistas, a utilização privativa das praias, e a exploração capitalista do setor imobiliário.

A partir do tombamento do bem natural e da criação da Unidade de Conservação, algumas ONGs tentaram criar mecanismos para a proteção e preservação do morro, mas as ações, com algumas poucas exceções, não chegaram de fato a causar um envolvimento e mobilização para proteger o local do uso predatório, por falta de recursos financeiros e apoio político e institucional.

A partir do ano de 2002, uma ONG cujo presidente possuía uma relação familiar com o então Ministro de Meio Ambiente recebeu o apoio e financiamento de projetos no valor de R\$ 154.000,00 (Cento e cinquenta e quatro mil reais) com contrapartida de 30% da ONG que corresponde a R\$ 46.300,00 (Quarenta e seis mil e trezentos reais) para execução de alguns projetos que iriam implementar a Unidade de Conservação.

Para que a ONG pudesse firmar convênio com o MMA, foi preciso a permissão da Prefeitura Municipal de Guarapari que em 16 de julho de 2001, declarou expressamente estar de acordo para que esta firmasse parcerias diretamente com o Governo Federal e outras entidades, justificando “dificuldades de cunho financeiro, bem como impossibilidade de administrar, gerir, organizar e desenvolver o Parque Morro da Pescaria” acreditando estar dessa forma contribuindo “para a preservação da natureza e para o desenvolvimento do Município”, sem passar por nenhum processo de licitação.

Após a assinatura e do recebimento dos recursos, deu-se início ao processo de elaboração de projetos de edificações dentro da Unidade de Conservação, de plano de negócio

e o de plano de manejo. O custo dessas edificações não foi contemplado no Convênio, mas os envolvidos com a ONG conseguiram ajuda de algumas poucas empresas ligadas ao setor de construção civil que desenvolveram os projetos e formaram parcerias doando parte dos honorários para algumas obras de infra-estrutura, que não poderiam ter sido realizadas, já que o plano de manejo ainda não havia sido feito.

Por outro lado, as demais entidades civis organizadas não foram na época, inseridas no contexto participativo e democrático da implantação da Unidade de Conservação do Morro da Pescaria. A maioria dos moradores do local, sequer conheciam o Projeto da ONG, as ações realizadas e os objetivos de implantação daquele parque.

Enquanto a ONG se articulava para resolver os problemas que envolvem a instalação de equipamentos e a manutenção da Unidade de Conservação, os proprietários do Morro da Pescaria tentavam na justiça por meio de ação de desapropriação indireta, receber a indenização no valor de R\$ 25.000.000,00, mais os honorários periciais e advocatícios, devido aos prejuízos sofridos pelo expropriado.

A abordagem nos permite reexaminar as idéias que embasam o conceito de turismo sustentável a partir da produção do espaço para o turismo, diante da vasta legislação existente e a realidade no uso do patrimônio natural enquanto atrativo turístico, observada a relação entre elas.

Considerando o caráter natural com que os recursos utilizados como atrativos turísticos têm sido administrados na Praia do Morro, o exposto mostra que a condição de atratividade manifestada se deu por meio de uma construção social, resultante de um processo de especulação que seleciona e hierarquiza certos atributos, ao mesmo tempo em que se ocultam ou deixam de lado outros. Este processo perpassa as lógicas sociais mais amplas, que lhe outorgam sentido e o justificam por meio de ações de alguns agentes sociais mais influentes.

Observou-se que, em se tratando de patrimônio natural, muitas localidades sofreram um processo de seleção ao conservar um atrativo e excluir outro de acordo com os interesses, sendo intermediados por discursos considerados válidos como o “desenvolvimento” ou “preservação ambiental”. Esse fato nos permite compreender o processo pelo qual se deu a urbanização da Praia do Morro e o interesse na preservação do Morro da Pescaria.

Tendo em vista que o turismo na região se desenvolveu pelas potencialidades naturais existentes, sendo estas características a balneabilidade da praia, a beleza cênica e a

radioatividade das areias monazíticas, estabelecemos uma relação entre a importância da praia, do Morro da Pescaria e a atividade turística, considerando ser essa “potencialidade” o “patrimônio natural”, que deve ser preservado e disponibilizado para as futuras gerações.

Entretanto, com o contínuo crescimento e o aumento no número de visitantes, que causa o esgotamento da capacidade de suporte, o patrimônio tem sido desvalorizado como atrativo turístico, nos levando à compreensão de que a prática turística se define e é adaptada de acordo com os interesses e necessidades das sociedades que, dado o caráter mercantil do produto, o adquirem, o exploram, o consomem.

As áreas litorâneas, consideradas ambientalmente frágeis, com a superlotação, se deterioraram mais rapidamente, emergindo os problemas comuns às grandes cidades: falta de rede de esgotamento sanitário; contaminação do lençol freático; abastecimento de água ineficiente; a freqüente contaminação da água do mar pelos esgotos lançados in natura junto com a rede pluvial causando poluição nas praias; queda do conforto térmico, entre outros.

A preservação do morro da pescaria por meio da Criação de uma Unidade de Conservação foi a forma encontrada pelos grupos sociais no poder, para devolver o discurso ao setor imobiliário, de possibilidades de lazer e turismo em ambiente natural, com características ecológicas preservadas, em detrimento ao desgaste já ocorrido em toda a extensão da orla.

Não pretendemos desvelar todas as questões que emergem a partir da apropriação do espaço para o turismo, mas sim, relacionar que tanto a produção do espaço através da apropriação imobiliária, especulativa e degradante do ponto de vista ambiental e a preservação de uma pequena área como o Morro da Pescaria, perpassam interesses e valores determinado por relações capitalistas de produção. Nesse contexto, o espaço preservado passa a agregar valor ao espaço degradado, favorecendo o mercado imobiliário, que utiliza o ecologismo simbólico da Unidade de Conservação, criando máscaras das investidas capitalistas, induzindo a aquisição de produtos (imóveis) que tem como pano de fundo, um parque municipal tombado e preservado ambientalmente, garantindo lazer e qualidade de vida para aqueles que se instalam em seu entorno.



FIGURA 1 INFORME SOBRE LOCALIZAÇÃO DE ALGUNS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Fonte: Internet <http://www.andaconstrutora.com.br/>

Questões como preservar áreas naturais para reforçar as investidas capitalistas do mercado imobiliário, abre espaço para que novas discussões se formem sobre a lógica que estrutura decisões sobre a conservação dos recursos naturais para atender os interesses de alguns investidores ou mudança das estruturas do poder vigente. O discurso ambiental conforme exposto, torna-se mero instrumento para legitimar a prática oficial da expansão imobiliária, deixando de lado as questões inerentes aos problemas ambientais já existentes.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: HERCULANO, S.C. (Org.). *Meio Ambiente: Questões Conceituais*. Niterói:Riocor, 2000. p. 41-51.
- COSTA, Patrícia Côrtes. *Unidades de conservação*. São Paulo: Aleph, 2002.
- MENEZES, Lais Almeida de. Internalizando as externalidades: A perspectiva neoclássica. In: HERCULANO, S.C. (Org.). *Meio ambiente: questões conceituais*. Niterói:Riocor, 2000. p. 41-51.
- MORSELLO Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas*. Seleção e Manejo. São Paulo. Annablume: Fapesp, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: Rumo ao Conhecimento transdisciplinar*. 2 ed. São Paulo. Hucitec, 1999.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2º ed. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.